

## ANEXO II

[Alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º]

1 — Telmo Manuel Jacinto Inácio, natural da freguesia de São João das Lampas, concelho de Sintra, casado, com domicílio profissional na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Nº 108 – 3º Andar – 1070-067 em Lisboa, portador do Bilhete de Identidade nº 8473993, emitido pelos serviços de identificação Civil de Lisboa, na qualidade de representante legal da CEPESA PORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A., com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Nº 103 – 3º Andar – 1070-067, na freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, com o capital social de trinta milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de matrícula e de identificação fiscal 500513295, adjudicatário no procedimento de Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários em Postos de Abastecimento Públicos (Concurso N.º1/SAPR/2017), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 21.º do Dec. Lei 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio e no n.º 1 do art.º 460.º do presente Código (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562º do Código do Trabalho (7);

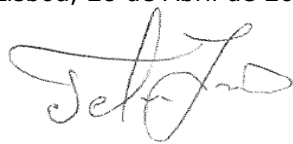
e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 28 de Abril de 2017



Telmo Inácio